



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

RISONEIDE BENICIO TELES

**O RACISMO E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL: UMA
ABORDAGEM NA PARAÍBA**

GUARABIRA / PB

2011

Risoneide Benicio Teles

**O RACISMO E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL: UMA
ABORDAGEM NA PARAÍBA**

Monografia apresentada a Coordenação de Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^a. Ms Ivonildes da Silva Fonseca

Guarabira / PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

T267r Teles, Risoneide Benicio

O racismo e a desigualdade educacional: uma abordagem na Paraíba / Risoneide Benicio Teles. – Guarabira: UEPB, 2011.

35f. Il. Color.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Ivonildes da Silva Fonseca”.

1. Racismo 2. Educação Étnico Racial
3. Desigualdade Social I.Título.

22.ed. 320.56

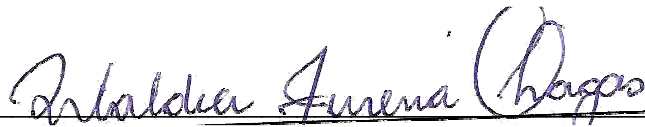
Risoneide Benicio Teles

O RACISMO E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL: UMA ABORDAGEM NA PARAÍBA

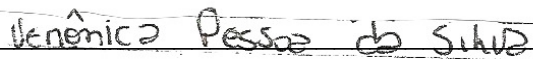
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Ms Ivonildes da Silva Fonseca - UEPB
Presidente – Orientador



Pro^o. Dr. Waldeci Ferreira Chagas _UEPB
1^o Membro



Prof^a. Ms. Verônica Pessoa da Silva - UEPB
2^o Membro

Aprovada em 22 de Junho de 2011.

Guarabira – PB

2011

A minha família pelo incentivo, paciência, amor e dedicação. Em especial a minha filha Isadora que estava presente ainda em meu ventre, nesta caminhada e por ser a razão da minha vida e a professora Ivonildes, amiga e mestre para a vida toda, por sua compreensão e paciência, **DEDICO**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo magnífico dom da vida e por está ao meu lado em todos os momentos da minha existência, tanto nas horas felizes como também nas incertezas e dúvidas.

A minha família, especialmente a minha amada mãe Lourdes, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos com carinho e zelo; e aos meus irmãos por tanto apoio.

A minha filha Isadora, inspiração e luz de minha vida por suportar a minha ausência e meu estresse.

Ao meu esposo Jailson, pela paciência e compreensão.

As minhas amigas: Rosa Marques, pela ajuda na concretização deste trabalho e palavras de incentivo; e a Daniele Duarte, Amiga inseparável nestes quatro anos de caminhada acadêmica.

TELES, Risoneide Benício. **O Racismo e a Desigualdade Educacional:** uma abordagem na Paraíba. Monografia (Curso Pedagogia). UEPB, 2011, 35 p

RESUMO

As mais variadas manifestações do racismo da sociedade brasileira ocorrem sob formas múltiplas que vão desde o olhar de superioridade ou desconfiança lançado sobre o indivíduo negro até a bizarra discriminação aberta de evitar o contato com pessoas de pele escura ou a de ser submetido ao ambíguo critério de boa aparência no mercado de trabalho. O racismo em consonância com as suas múltiplas formas perfazem vários tipos, a exemplo do racismo individual, institucional, cultural, ambiental ou ecológico. Tem por objetivo apresentar uma análise e uma crítica sobre racismo no Brasil, trazendo a tona sua relação com a desigualdade econômica e social em que as diversas camadas da população brasileira se encontra, sobretudo os afrodescendentes, e que culmina em uma aberta e chocante forma de preconceito e discriminação social, são as questões raciais que refletem no contexto educacional. A desigualdade no sistema educacional dessa maneira tem correlação com a desigualdade social, uma vez que as habilidades adquiridas na escola são importantes para a vida do ser humano nas relações sociais primárias desenvolvidas no ambiente familiar e vão até a prática da cidadania por direitos religiosos, sexuais, de emprego dentre outros. Este trabalho, a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica, demonstra como a desigualdade entre negros e brancos se reflete nos mais variados contextos tendo por base o preconceito, a discriminação e o racismo. Assim, trabalhamos com autores como: Azevedo (2006), Guebala (2011), Paixão, (2011), Fernandes (2007), Munanga (2006), entre tantos outros, bem como visitas a sites como o IBGE e o PNAD. No presente texto apresentamos e analisamos, ainda, dados sobre a desigualdade social e escolarização no Estado da Paraíba, traçando um panorama sobre a situação do afrodescendente no Estado.

Palavras chave: Desigualdade social - Educação etnicorracial - Desigualdade educacional – Paraíba

TELES, Risoneide Benício. **Racism and Educational Inequality: an approach in Paraíba**. Monograph (Education Course). UEPB, 2011, p 35

ABSTRACT

The various manifestations of racism in Brazilian society occur in multiple forms ranging from the look of superiority or cast suspicion on the individual black bizarre to outright discrimination to avoid contact with people with dark skin or being subjected to the ambiguous criteria look good in the labor market. Racism in line with its many various forms make up the example of individual racism, institutional, cultural, environmental or ecological. It aims to provide an analysis and a critique of racism in Brazil, bringing out its relation to economic and social inequality in which the various layers of the population is, sobretudo people of African descent, which culminates in a shocking way to open and prejudice and social discrimination, racial issues that are reflected in the educational context. The inequality in the educational system in this way correlates with social inequality, since the skills acquired in school are important to human life in social relations developed in the primary family and go to practice religious rights of citizenship, sexual , among other jobs. This work, from a literature search of nature, shows how inequality between blacks and whites is reflected in various contexts based on prejudice, discrimination and racism. So, we work with authors such as Azevedo (2006), Guebala (2011), Passion, 2011), Fernandes (2007), Munanga (2006), among others, as well as visits to sites such as the PNAD and IBGE. In this paper we present and analyze, yet, data on social inequality and education in the state of Paraíba, drawing a picture on the situation of African descent in the state.

Keywords: Inequality - ethnicracial Education - Educational Inequality - Paraíba

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Esperança de Vida e Indicador longevidade no Brasil Desagregada por Sexo e Grupo Étnico (afro-descendentes e brancos – 1997.....	18
Tabela 2 - Média por anos de Estudos.....	19

LISTA DE IMAGEM

Imagem 01: Educação Racial	27
----------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: ELEMENTOS DE CONCEITUAÇÃO.....	08
1.1 Racismo e preconceito.....	08
CAPITULO II – A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL	14
2.1 A Desigualdade Educacional no Brasil.....	20
CAPITULO III – AFRODESCENDENTES E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL: O CASO DA PARAÍBA.....	25
3.1 Paraíba: contextos.....	25
3.2 Educação e Negritude.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

As formas de manifestação de racismo da sociedade brasileira se dá das mais variadas formas, desde o olhar de superioridade ou desconfiança sobre o indivíduo negro, até a bizarra discriminação aberta de evitar o contato com pessoas de pele escura.

Este trabalho trata de uma questão social bastante debatida entre aqueles que melhor defendem o direito da igualdade entre os seres humanos, ressaltando as pessoas afrodescendentes. Tem por objetivo apresentar uma análise e uma crítica sobre racismo no Brasil, trazendo a tona sua relação com a desigualdade econômica e social em que as diversas camadas da população brasileira se encontra, sobretudo os afrodescendentes, e que culmina em uma aberta e chocante forma de preconceito e discriminação social, são as questões raciais que refletem no contexto educacional.

Mostraremos no primeiro capítulo as mais variadas formas de racismo e preconceito que os brasileiros descendentes de africanos vem sofrendo ao longo da história na sociedade brasileira.

No que tange ao segundo capítulo, apresentaremos a questão da desigualdade social e educacional dos afrodescendentes no Brasil destacando sua condição na educação e na sociedade dita "branca".

No terceiro capítulo, focalizaremos os afrodescendentes e a desigualdade educacional na Paraíba, onde o racismo estende sua ação negativa para o sistema educacional através de estatísticas que mostram como os negros têm menos escolaridade em relação aos brancos, tanto no ensino fundamental como no médio e superior.

Com isto se pretende chamar a atenção aos que lerem este trabalho, para a realidade desigual do Brasil e de como todos são responsáveis por permitir tal realidade. Pretende-se aqui também fazer uma crítica ao sistema social, cultural e educacional do país, permitindo a oportunidade de geração de diálogo sobre o tema proposto.

CAPITULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: ELEMENTOS DE CONCEITUAÇÃO

1.1 Racismo e Preconceito

Desde os primórdios da descoberta de terras novas para além mar, as Américas e conseqüentemente a sua colonização, o Brasil é um caso típico e interessante das ideologias de conquista. As terras que hoje formam o território brasileiro foram tomadas e colonizadaa pelos portugueses (no século XVI); e desde a sua tomada de posse pelos desbravadores portugueses vêm formando uma história de exclusão aos afrodescendentes. Os nativos que ajudaram a desbravar e a transformar a terra nova, desconhecida em terras coloniais de exploração comercial, eram homens de culturas e padrões físicos diferentes dos preteridos pelos ditos homens da civilização, a saber toda a parte européia da época, e por seus traços tão característicos, física e culturalmente, usados pelos colonizadores, a época, para justificar e legitimar a escravização dessa gente.

É notório que a população brasileira tem em sua origem a presença característica de três etnias e códigos genéticos distintos – o branco, o negro e o indígena. Os negros africanos eram estrangeiros, assim como os portugueses e sua única diferenciação entre os demais grupos que ajudaram a formar a nação brasileira é que estes eram considerados inferiores e, portanto subalternos aos portugueses (AZEVEDO, 1987), sendo tratados de forma mais cruel e indigna do que o nativo da terra, uma vez que neste período os negros eram tidos como criaturas sem alma. Os padrões físicos eram na época, um adjunto que ajudavam a personificar e a justificar a atitude de superioridade do branco europeu. Com o passar do tempo esse dois padrões, o cultural e o físico, foram tomando nuances próprias e ainda hoje resultam no preconceito e discriminação as pessoas.

Sabemos que a sociedade brasileira possui uma diversidade cultural, étnica e religiosa muito forte, mas que infelizmente é hierarquizada entre negros e não

negros como forma de superioridade ou inferioridade uns e outros. Assim a sociedade brasileira tem se mostrado uma sociedade excludente, na qual as relações sociais se dão conforme a posição social e racial, o que gera consequentemente o preconceito racial e social.

Os negros, pobres, analfabetos, etc., ou seja, a classe oprimida tem sofrido ao longo de nossa história diversas formas de discriminação, dessa maneira podemos constatar que enquanto alguns se julgam superiores os outros se julgam e tem a sociedade legitimando o seu status de superioridade perante outros humanos.

No entanto, o reconhecimento da influência e da presença, decisiva para formação deste povo, cultural, étnica, genética, não é o suficiente para garantir direitos iguais entre os habitantes desse imenso país. Com a herança cultural e hereditária da cor da pele, veio também os preconceitos e a discriminação o que faz com que o país, hoje, passe por lutas internas para apagar um passado racista e escravocrata e garantir a igualdade social. Neste trabalho abordamos tais questões, enfatizando o âmbito educacional, pois se acredita que a escola é uma instituição que representa a sociedade e suas ideologias e que, portanto esta é muito importante para a formação das mentes e para a reprodução ou alteração das ideologias.

Assim,

O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, e uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como características principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os que os contestam [...] inclui a relação entre pessoa e grupos humanos e a concepção que o individuo tem de si mesmo e também do outro. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 181-182)

Contudo, faz-se necessário que o ser humano esteja em consonância com sua identidade de forma que possa assumir suas origens sem nenhum tipo de discriminação, pois podemos observar que em muitos casos o preconceito ultrapassa os limites do próprio ser que ao se avaliar, se julga inferior condicionado aos limites impostos pela sociedade contemporânea.

No caso brasileiro, essa mistura de povos trouxe consigo distinções que só aumentaram quando em processo de desumanização das relações entre brancos e negros que foram se formando e obviamente sendo classificados de acordo com suas condições de sobrevivência. Daí percebe-se as relações conflituosas existentes entre os grupos e os diversos povos do globo terrestre, mostrando-nos como as práticas sociais que envolvem as questões do racismo existente se apresentam de maneira complexa, exigindo de nós uma visão atenta e cuidadosa quando chegamos próximos da questão racial.

Segundo Munaga; Gomes (2006)

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho, etc. ele é, resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores a qual se tenta impor como única e verdade (MUNAGA E GOMES, 2006, p. 179)

O racismo é um comportamento social porque está presente na sociedade desde o primórdio da história da humanidade, que infelizmente permanece até hoje, e se interliga de duas maneiras: na forma individual e institucional. Na forma individual o racismo se manifesta “por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros, podendo atingir níveis externos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos.” (MUNAGA E GOMES, 2001, p. 180)

Entretanto, esse tipo de racismo existe no Brasil e apresenta-se geralmente camuflado por alguns setores do Estado e pelos veículos de comunicação de massa que muitas vezes deturpam a imagem do negro, outros exemplos que podemos reportar é o regime do Apartheid que vigorou na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos. Assim,

O que existe por aqui é muito racismo camuflado e que todo mundo faz questão de não enxergar. Os alvos são os mesmos. Negros, mestiços, nordestinos, pessoa fora do padrão de moda [...] e, principalmente os mais pobres sofrem com a discriminação e não conseguem emprego, estudo, dignidade e respeito. Estes não tem vez na sociedade brasileira. (TEIXEIRA, 2011)

Outra forma de racismo bem acentuada é o institucional. Ele se aplica através de práticas discriminatórias muitas vezes alimentada direta ou indiretamente pelo Estado, manifestando-se através de isolamento dos afrodescendentes em determinados bairros, escolas, emprego, etc. também nos livros didáticos, propagandas, novelas, publicidades que utilizam de personagens ou indivíduos negros com imagem estereotipada que a mídia insiste em mostrar esta forma de discriminação indevida e equivocada.

Também, podemos reportar os mais terríveis acontecimentos de racismo institucionalizado como o que aconteceu na Alemanha nazista com o povo judeu , através das praticas de genocídio, tortura e limpeza étnica entre outros países que ate hoje choca o mundo.

De acordo com Azevedo (1987)

[...] qualquer forma de racismo por si só já é condenável, devido aos efeitos bloqueadores que impõem ao outro – racismo é o mais destruidor dos sentimentos pois impede até o fazer natural de ser um ser.(AZEVEDO, 1987, p. 49)

Com isso durante séculos foi implementado pelos colonizadores o complexo de inferioridade no negro, daí a prática do racismo no Brasil ter-se tornado rotineira o que mais tarde disfarçadamente fez com que o Estado chegasse a promover ações através de atos sociais que na realidade eram um legitimar direito por cidadania, os quais eram concedidos como um ato de bondade piedosa. Se levamos para as instituições escolares da época, poucos tinham acesso ou nenhum.

Todavia só através do Decreto Nº 7.031 – A de 06 de setembro de 1878 é que foram estabelecidos as primeiras ações afirmativas de introdução de negros na escola, porém os mesmos só podiam estudar no período noturno, porém foram montadas estratégias no sentido de interromper o acesso dessa clientela nos estabelecimentos escolares (JAROSKEVICZ, 2008).

Embora o preconceito racial na sociedade brasileira seja representado de forma não clara nas relações sociais, onde a grande maioria não se percebe racista,

isto é algo que muitas vezes praticamos inconscientemente, pois fomos culturalmente condicionados a uma herança cultural fundamentada no racismo, com isso “o pertencimento racial tem contribuído decisivamente para a estruturação das desigualdades sociais e econômicas” (HENRIQUES,2001, p 01)

Difícilmente alguém se reconhecerá racista até mesmo porque não tem conhecimento do que é racismo e de quais as formas que ele se manifesta na sociedade.

Sutilmente

[...] dizer-se não racista é uma afirmação questionável, embora extremamente comum. Consiste na nobreza espiritual de igualdade fraterna, muitos preferem a declaração de hipócrita que enaltece, a verdade que choca. É necessário a coragem de reconhecer os erros da sociedade que herdamos e afim de aprendermos a corrigi-los (AZEVEDO, 1987, p. 50)

Todavia utilizamos termos de caráter discriminatório sem nos darmos conta do ato que estamos praticando, a exemplo de expressões depreciativas como: negrinho, macaco, tição, negro preto, da cor de carvão, queimadinho, etc. as quais são inseridas na sociedade de maneira natural, o que demonstra a ignorância e o preconceito de quem as utiliza.

Chegamos, conseqüentemente, a um ponto em que até aqueles (os meios de comunicação) que tentam suprimir seus conceitos racistas deixam escapar esse sentimento através de mensagens comerciais, papéis artísticos inferiores, em cenas degradantes, cada vez mais a imagem do negro. Entretanto das conseqüências da escravatura, pior que a miséria, a marginalização e o analfabetismo é a desvalorização do ser humano, fundamentada em um racismo que nem as próprias vítimas escapam da utilização de sentimentos contrários a sua cultura.

Assim,

não imporá como são definidos e caracterizados, racismo e discriminação, constituem violação de direitos humanos. Não é uma questão de relação interpessoal nem são apenas hábitos da pessoa humana. São questões que estão incorporados as práticas, as políticas e composições institucionais. [...] (BOTT, 2006, p. 17)

O Brasil é o país das desigualdades, visto que o capital está concentrado nas mãos de uma minoria, ficando a maioria a mercê dessa hegemonia que opera na sociedade. Porém, não para por aí, são inúmeros os maus tratos efetuados contra o negro, o pobre e o analfabeto, etc. levando-os a um estado de vulnerabilidade social.

CAPITULO II

A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL

A declaração dos Direitos Humanos (DDH) formulada em 1945 e adotada pela ONU em 1948 como princípio básico dos direitos humanos, é um documento de cunho internacional e que garante a todo ser humano o direito inegável de ser tratado como tal.

Já em seu preâmbulo ela diz:

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos humanos conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, líberos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração humanos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1945)

Desses “atos de barbáries” que a DDH fala, é inegável que a discriminação racial e os atos atrozés de escravidão que por muitos séculos seres humanos de etnia negra foram obrigados a sofrer, sejam reconhecidas com tal.

Ainda na DDH, nos artigos 4º e 7º ela dispõe sobre isso:

Art. 4 Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas são proibidos.

Art. 7º todos são iguais perante a lei e sem distinção, tem direito a igual proteção da lei. Todos tem direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1945)

Assim toda sociedade de direitos e democrática, que se julgue uma civilização digna de respeito e soberania perante as demais devem adotar os princípios da DDH, garantindo assim a oportunidade e possibilidade de um desenvolvimento humano justo e ético para com todos.

A Constituição Brasileira de 1988, adota as ideologias que regem a DDH e em seu título II dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivo, no seu artigo 5º dispõe que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito, a lei, a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade (BRASIL, 1988)

Assim é garantido pela lei maior que rege as relações de direito no Brasil, que qualquer forma individual humano será tratado com dignidade e igualdade de direitos. Nesse ínterim, as relações étnicas no país são tão traiçoeiras e por vezes contraditórias que foi preciso também garantir na constituição, no mesmo capítulo e no mesmo artigo 5º que:

XLII – A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLIII – A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL 1988)

Com isso se pode perceber que a luta para uma democracia racial e igualitária é uma luta árdua e que não é suficiente apenas o entendimento da questão do preconceito e da discriminação, mas é preciso sim toda uma educação social voltada para essa temática.

A criação de leis que reconheçam o direito de cidadania e dignidade humana também é uma premissa importante no combate a ignorância racial que vem nas características físicas do outro motivos suficientes para considerá-los inferiores e, portanto merecedores de uma rejeição social, que termina por discriminar, humilhar e rejeitar tudo aquilo que não está dentro de um parâmetro idealizado por uma camada social elitista e hipócrita, que para não perder o conforto socioeconômico que vem de uma longa história racista e cruel de ignorância humana – o racismo e a escravidão de seres humanos por outros seres humanos – utiliza de argumentos e de toda uma gama de artifícios sociais para justificar sua covardia perante si e perante os outros.

Pelo inciso XLII é possível perceber que a questão racial no país é algo bastante complicado, pois é preciso uma ameaça explícita na constituição, para em parte, garantir o direito de todos perante a sociedade e coibir a discriminação racial, que veladamente se faz presente na sociedade brasileira.

Corroborando com o que viemos falando ao longo do texto vejamos alguns dados estatísticos sobre a realidade do afrodescendentes no Brasil de hoje.

Os atos velados da discriminação ressaltam-se com análises de dados estatísticos demonstrados no Mapa da Violência lançando no ano de 2011 (GUEBALA, 2011), mostra que em 2002 a cada 100 mil indivíduos negros, 30 são mortos por homicídio, indo pra 33,6 em 2008. Enquanto que esse quadro muda entre os brancos. O número de vítimas de assassinato que era de 20,6 por grupo de 100 mil caiu significativamente para 15,9.

Os números são ainda alarmantes entre os estados como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, estados do Nordeste do País, onde a taxa de criminalidade atingida por jovens negros chega a ser absurda. Para se ter uma ideia em Alagoas morrem mais de 13 jovens negros para cada jovem branco morto por homicídio; na Paraíba esse quadro é ainda mais estarrecedor, para cada jovem branco morto, 20 jovens negros são assassinados.

Assim

a situação, segundo o Mapa é muito pior entre os jovens onde a taxa de homicídio entre os brancos de 15 a 24 anos, registrou queda de 30 %. Entre os negros, na mesma faixa etária houve aumento de 13%. A vitimização da população negra passou a ficar evidente a partir de 2002, quando os dados começaram a ser levantados [...] morriam proporcionalmente 46% ,mais negros que brancos, percentual que passa para 67%, em 2005 e para 103% em 2008. (MARMO, 2011)

Podemos ainda perceber que a vitimização por homicídio entre a população jovem negra aumentou significativamente, enquanto que o número de jovens brancos vítimas desse tipo de crime diminuiu substancialmente, levando-nos a crer que o negro é, e continua sofrendo com efeitos da desigualdade social e econômica imposta por uma sociedade hipócrita e elitista que exclui parte de seus cidadãos, expondo-os à marginalização.

O preconceito por sua vez se faz presente, de forma velada, escondido muitas vezes sob um véu de atitudes policiadas, que tenta de forma “politicamente correta” dizer que não é preconceituoso, que trata tanto uma pessoa de pele negra como uma de pele branca igualmente, porém a desigualdade em que a pessoa negra se encontra com relação aos ditos brancos de nossa sociedade prova isso.

Segundo dados estatísticos, obtidos junto a ONG “Observatório Afrobrasileiro” em parceria com o IBGE – anos de 1995 a 2006 -, no Brasil a população negra atingiu um total, no ano 2006, de 92,7 milhões de pessoas que se declararam pretas e pardas. Contra um total de 93,1 milhões que se reconhecem como brancos (PAIXÃO; CARVANO, 2007/2008).

Um documento denominado “Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008”, organizado sob a orientação dos pesquisadores Marcelo Paixão e Luis M. Carvano, apresenta dados estatísticos importantes no qual faz a comparação entre as populações brasileiras afrodescendentes/negras e brancas, apontando diversas pesquisas e seus indicadores, de como é a situação da comunidade “negróide” no Brasil em relação a comunidade “caucasóide”.

Neste documento um dado que chama bastante atenção, dentre tantos dados apresentados, é o quantitativo da população abaixo da linha de pobreza, onde percebe-se claramente a diferença entre as duas etnias. Um percentual geral, no ano 2001, de 53,4% de pessoas negras, contra 27,8,0% da população branca; e no ano de 2006 esses números vão para 43,1% entre os negros e pardos, 21,6% entre brancos do país. (PAIXÃO; CARVANO, 2007/2008). Isso significa dizer que houve uma queda no número de pobres e indigentes no país, contudo essa queda nos parece um tanto quanto alarmante, pois é grande o número de pessoas abaixo da linha da pobreza, sejam elas negras ou brancas.

Por outro lado os dados apresentados com relação aos negros e pardos é por deveras assustador, e comprovante do que viemos falando sobre o racismo e discriminação racial serem fonte de interiorização de uma classe por outra. O percentual de pessoas negras ou pardas abaixo da linha da pobreza em comparação com pessoas brancas é o dobro, o que só nos comprova que no Brasil a questão de raça é também uma questão econômica.

Com a apresentação desses dados, não queremos vitimizar a população de afrodescendentes no Brasil, ou menos ainda querer que os índices se equiparem, nosso intuito é o de demonstrar que entre as camadas pobres desta nação, as pessoas que mais sofrem com esta realidade são os descendentes; a divisão das riquezas no país se concentra em uma minoria e que esta minoria é caracterizada pelo genótipo “caucasiano”, se é que podemos usar tal termo em um país onde a sua principal singularidade reside na diversidade de etnias que ajudaram a formar seu povo.

Ao analisarmos dois dos indicadores que fazem parte do índice de Desenvolvimento humano, ligados a realidade étnicorracial podemos entender que há uma necessidade urgente em estabelecer ações de promoções efetivas da população afro-descendente no Brasil.

Observemos agora a realidade dos afro-brasileiros quanto a longevidade destes em comparação com o grupo étnico branco.

Tabela 1

Esperança de Vida e Indicador longevidade no Brasil Desagregada por Sexo e Grupo Étnico (afro-descendentes e brancos - 1997)

Sexo/Grupo Étnico	Esperança de Vida (anos)	Indicador de Longevidade
Homens brancos	69	0,775
Mulheres brancas	71	0,775
Total brancos	70	0,750
Homens afro-descendentes	62	0,658
Mulheres afro-descendentes	66	0,642
Total afro-descendente	64	0,650
Total da população	66,8	0,700

Fonte: Base de dados PNAD 1997.

Assim podemos observar que a expectativa de vida dos afro-descendentes é de 6 anos a menos do que a expectativa de vida da população branca, as mulheres negras então têm expectativa de vida ainda mais inferior que a média nacional, em

comparação aos homens negros e brancos e mulheres brancas; nos demais grupos; os homens brancos tem a expectativa de vida de 69, 1 ano a mais sobre a população afro-descendente; já o homem afrobrasileiro ocupa a pior expectativa de vida do país com apenas 62 anos.

Os dados relacionados a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos de idade ou mais são expressivos entre os afro-descendentes em relação aos brancos. A Região Nordeste é a que apresenta a pior média de anos de estudos: 3,9, enquanto que os brancos detém 5,3 mais alta que a média total dessa região; a região Sudeste aparece com a melhor média de anos de estudos comparados a cor e sexo das demais regiões, os homens com média de estudos de 6,4 e as mulheres com 6,5.

Percebe-se que a diferença da média é quase a mesma, mas quando comparados ao requisito cor teremos um aumento significativos de anos de estudo entre as pessoas de brancas, com média de 7,1 (maior que a média nacional que é de 6,6), e os negros e pardos tem 5,2 sendo porém essa média mais baixa que as das regiões Norte (5,4) e Centro Oeste (5,3); já na região Sul há uma constante bem parecida se comparada as médias de estudos por sexo: os homens 6,2 e as mulheres 6,3; porém quando analisamos o quesito cor teremos uma desigualdade bem acentuada na média de anos de estudos. Os brancos com 6,5 e os pretos e pardos 4,7, bem abaixo da média total dessa região.

Tabela 2

Média por anos de Estudos

Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor- 1999					
Brasil e Grandes Regiões	Média de anos de estudo				
	Total	Homens	Mulheres	Brancos	Preta e Parda
Brasil (1)	5,7	5,6	5,9	6,6	4,6
Norte (2)	5,7	5,5	5,9	6,7	5,4
Nordeste	4,3	4,0	4,7	5,3	3,9
Sudeste	6,5	6,4	6,5	7,1	5,2
Sul	6,2	6,2	6,3	6,5	4,7
Centro-Oeste	5,9	5,7	6,2	6,8	5,3

(Fonte: IBGE, 2000.)

Esses dados deixam-nos perceber que a desigualdade educacional é mais acentuada na região nordeste devido a concentração de descendentes africanos ser bem maior que nas demais regiões do país e por esta área ser geograficamente litorânea, banhada pelo oceano atlântico, sendo a porta de entrada para os escravizados que vinha nos navios negreiros de terras de África para o Brasil.

Ao analisarmos esses dados, fica explícito que a desigualdade social e educacional no Brasil é algo relativamente grande, e que sem sombras de dúvidas a camada popular que mais sofre com isso é a camada social pobre e negra. Devido aos traços étnicos e a toda uma herança histórica de marginalização, imposta pelo ideal de branqueamento e de preconceito, os indivíduos descendentes da etnia africana sofrem, hoje ainda, no Brasil com a desigualdade social que se reflete claramente no sistema educacional, o que nos leva a determinar o Brasil como um país racista e desigual.

2.1 A Desigualdade Educacional no Brasil

Desde a fase inicial da colonização brasileira a educação ficou nas mãos dos jesuítas, que aproveitavam a ação educativa para alcançar seus propósitos que era de conversão ao catolicismo (PAIVA, 1987). E neste mesmo período colonial não se estabeleceu um sistema público de educação escolar porque não se percebeu no âmbito de uma sociedade dependente e escravocrata a necessidade de formação institucional das massas e não esquecendo que o escravo não era considerado cidadão, portanto estava alijado do direito à escolarização.

No período imperial entre o final do século XVII e início do século XIX pode-se identificar no contexto mundial um processo de profundas alterações do ponto de vista socioeconômico e político. Esse processo apresenta marcantes reflexos na história da sociedade e da educação no Brasil. Os escravos eram proibidos de frequentar a escola.

Mesmo os escravos destituídos do direito à escolarização e não possuírem o direito de cidadão, alegado e defendido pelo Estado burocrático, que é uma

referencia importante para o Estado social. No Recife no século XIX, por meio de um manifesto intitulado ABC, e que depois foi interpretada como uma seita religiosa que ensinava os negros a lerem e assim a questionar e se revoltarem contra a dominação dos brancos, mostrou em versos que protestavam contra o poder autoritário dos brancos como a população negra era tratada e o estava por trás desse pensamento de superioridade do homem branco.

A linda nobre cor morena	O primeiro foi Adão
Degrado[u] no Brasil	(...)
[H]á mais de 300 anos	
Muito breve terá fim	Homens sem [h]umanidade
	Lembra-te do futuro
Brada o Deus e geme a terra	Dá liberdade aos morenos
De ver tanta ingratidão	E temei a uma nuvem escura
Que fazem com os morenos	(...)
Tendo tanta estimação	Lá do centro do Serão
	Virá a nossa liberdade
Como nação poderosa!!!	Pelo que vós haveis sido
Desde o principio do mundo	Agora tão desprezado[s]
Gozavam da liberdade	(...)
Com o prazer mais profundo	Findaremos a verdade
(...)	Desta nova aparecida
[H]erdeira pela natureza	A favor da cor morena
De digna estimação	Do verdadeiro Messias ¹
Desta nobre cor morena	(Revista história, 2010, p. 25)

Segundo Carvalho (2010) o ABC é o mais antigo manifesto de que se tem noticia na história do Brasil, que contesta contra a opressão racial branca no Brasil imperial e seus seguidores pregavam a revolução. Os autores se identificavam como alguém “moreno sob a liderança de Agostinho José Pereira, um negro livre que nunca sofreu os maus-tratos das senzalas. Ele ficou conhecido por mais de 300 seguidores como “Divino Mestre”, pois ensinava-os a ler, foi preso pelas autoridades da época por suas ideias subversivas com seus versos repercutindo entre os negros e pardos do Recife.

¹Os trechos fazem parte do manifesto ABC.

Ainda em seus preâmbulos o ABC

Simplemente anunciava que a escravidão da “linda nobre cor morena” chegaria em breve ao fim, depois de mais de 300 anos. Pregava que não só Adão, mas Moisés, Abrão e Cristo eram morenos. Não ignoravam a hipocrisia da política imperial, pois “juraste uma constituição [...] que só pode gente livre, e nos na escravidão (CARVALHO, 2010, p. 25)

Contudo, podemos perceber que o manifesto ABC foi um anúncio com missão especial para a posteridade, comparando que os negros e pardos do Recife tinham uma ideia do próprio cotidiano que os cercava e não aceitavam facilmente a escravidão

A abolição da escravatura no Brasil em 1888 ocorreu sem uma política de inclusão social levando os afrodescendentes a uma marginalização perante a nova ordem que então nascia. O Brasil pós Abolição se apresentou aos homens e mulheres negras daquela época, como um grande vendaval de ilusões. O sonho de liberdade passou rapidamente de sonho a pesadelo; a ideia de homens livres, donos de suas vidas e corpos logo foi substituído por uma terrível realidade de milhares de pessoas marginalizadas, desprezadas e invisíveis para o Estado e para a sociedade, pois embora tenha alcançado sua liberdade no papel, na vida real a situação não mudará efetivamente.

A maioria dos homens e mulheres negras se viram obrigados a levarem uma vida de miséria, encurralados em favelas e cortiços, passando fome, tendo que mendigar ou prestar serviços aos brancos e ricos da época em troca de algum dinheiro para sobreviverem; as crianças sem nenhum tipo de educação ou acolhimento social, eram desde muitos novas obrigadas e seguir a rotina de trabalho e humilhação dos pais. Com isso podemos perceber que a situação dos negros no país, depois da abolição não ficou muito diferente do que era antes. O Estado Brasileiro não teve a mínima preocupação com a população negra a construção política e social dos negros livres e a imigração são parte de um mesmo processo de formação do período republicano.

Com a República nascendo, esta não tinha um cidadão dentro dos padrões europeus para formar a nova nação livre, pois a etnia negra se fazia presente na

cerne brasileira e o negro não seria o cidadão ideal tendo em vista que há muito já havia sido decidido a marca de sua inferioridade, tornando-se um sujeito indesejado nessa sociedade, vivendo nela por acaso, por favor dos brancos. Resignando-se a sua condição de estranho a civilidade brasileira caracterizando o mito da democracia racial e o racismo, ambos marcados pelo silêncio e pelas inverdades criadas sobre o negro antes, durante e depois da escravidão.

Diante deste quadro desfavorável, os ex-escravos, afrobrasileiros tentaram vencer os obstáculos organizando-se em associações, principalmente votadas para a cultura em encontro rotineiros com pessoas que sofreram os mesmos problemas, fez surgir a ciência coletiva da exclusão social a qual estavam sujeitos. E com a difusão dessa consciência esse grupo passou a buscar meios de reivindicar e articular suas ideias, objetivando a auto-afirmação e a construção positiva de sua identidade. A presença do Movimento Negro na ação contra hegemônica foi decisiva para resignar direitos e reivindicar ações governamentais.

A Frente Negra Brasileira (FBN) que se originou em São Paulo, em 1931, foi primordial para conscientização da comunidade afrobrasileira, pois objetivava promover o respeito, contribuindo para a educação, auto-estima e cuidados com as mulheres negras.

Na década de 1970 nasce por meio de um ato público em 7 de julho, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) que visava protestar contra a discriminação racial, reafirmar e reivindicar seus direitos de cidadão visando sua melhora social numa perspectiva de integração social com intervenção no campo educacional porém não foi o que aconteceu.

De acordo com Cardoso (2005),

Os movimentos Negros constatarem a falência do projeto da modernidade onde a escola, como espaço democrático de socialização para inclusão social, não tem efetivamente garantido inclusão com dignidade para uma parcela significativa da população brasileira. Diante do baixo desempenho da criança e do jovem negro no sistema público de ensino e da responsabilização dos próprios negros, na explicação hegemônica para esse crítico desempenho, o Movimento Negro constata ser a educação um campo privilegiado de enfrentamento do racismo (CARDOSO, 2005, p. 01)

É no espaço escolar, pela sua própria estrutura que se reflete a organização da sociedade pela complexidade das relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que os conflitos e as contradições ocorrem com mais frequência e onde estão presentes as práticas das desigualdades sociais, econômicas, culturais e sociais.

Mas não é necessário ir longe pra se perceber a fragilidade das relações étnicorraciais por grande parte da sociedade brasileira, pois é só voltarmos nosso olhar para o dia a dia e veremos, tanto em nós mesmos como nos que estão a nossa volta, os acontecimentos, pequenos deslizes, (chamemos assim a mania cultural que se tem de preconceituar tudo o que tem ou lembra o negro em nossa sociedade), a que diariamente somos atores e espectadores.

CAPITULO III

AFRODESCENDENTES E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL: O CASO DA PARAÍBA

3.1 Paraíba: Contextos

O Estado da Paraíba é um dos nove Estados que compõem a região Nordeste do Brasil, medindo 56.469,466 km², e com uma população de 3.766.52 habitantes, dados do último censo demográfico (2010) realizado pelo IBGE. Está dividido em 223 municípios e possui uma formação territorial estreita e alongada no sentido leste-oeste, ou seja, que se estende do litoral para o interior, apresentando na sua parte central, um estreitamento que se assemelha a uma cintura. Tem como vizinho os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará; sendo sua costa banhada pelas águas do oceano atlântico.

A história de nosso Estado nos conta que no território onde hoje se encontra a Paraíba, eram terras habitadas por nações indígenas: os Potiguara e Tabajara, no Litoral e os Cariri, no Sertão. Com a presença dos europeus nas terras brasileiras este foi dividido em capitanias hereditárias, e o território paraibano fez parte de uma capitania chamada Itamaracá, sendo que em 1574 foi criada a Capitania Real da Paraíba, cujas terras iam do Rio Goiania a Baía da Traição. Contudo essa capitania não foi logo conquistada nem ocupada pelos portugueses, pois se encontrou-se aqui grande resistência por parte dos indígenas que habitavam aqui. (PINHEIRO, 2011)

Diante do desrespeito dos portugueses aos seus costumes, da possibilidade de expulsão de suas terras ou da escravização, os índios resistiram a presença portuguesa. Para dominá-los foram organizadas expedições, porém, durante mais de dez anos a resistência indígena conseguiu evitar a fixação dos portugueses na terra. Sendo a decisão de dominação e ocupação a força das terras paraibanas, tomada após o ataque indígena ao Engenho de Tracunhaém, de Diogo Dias, onde

índios mataram e destruíram todo o engenho, em represália ao rapto de uma princesa indígena e desrespeito aos seus costumes.

Finalmente em 05 de agosto de 1585, foi feito acordo de paz entre João Tavares e Piragibe, Cacique Tabajara; contudo os potiguaras continuaram resistindo a ocupação portuguesa, porém não conseguiram evitar que os portugueses ocupassem definitivamente o território. (PINHEIRO, 2011)

Com o acordo de paz entre índios e portugueses logo caravanas foram organizadas para efetivar a ocupação do território paraibano e em 15 de outubro de 1585 partiu de Pernambuco uma expedição que chegou aqui no dia 29 do mesmo mês. Expedição esta comandada por Martim Leitão e que finalmente trazia consigo toda uma leva de homens e mulheres, pedreiros, religiosos, carpinteiros, agricultores, escravos e tantos outros, prontos para as primeiras construções nas terras Paraibanas.

Quanto a história da educação nas terras paraibanas, esta não se diferencia muito da história da educação brasileira. Tal qual no resto da colônia, os primeiros traços da educação paraibana se confundem com a própria história do país, no sentido de que, junto com a comitiva de viajantes que pretendiam se estabelecer, colonizar as terras paraibanas vieram os jesuítas cujo intuito era o de garantir a catequização dos nativos da terra, fazer valer a presença da religião cristã e estabelecer certa ordem social e moral entre colonos e nativos. Contudo, com o passar do tempo as atividades jesuítas, tanto na Paraíba como no resto da colônia Brasileira, foram ganhando uma nuance toda especial, e os padres passaram então a se dedicar a moral e a educação dos colonos e filhos dos colonos, sendo, portanto esta a primeira marca de um sistema educacional brasileiro e também paraibano. (PINHEIRO, 2011)

Tal como no resto da colônia, por longo período os jesuítas foram às únicas fontes de instrução normativa (educação) na Paraíba. Voltados para uma educação religiosa e das letras, eram majoritariamente educadores da classe burguesa da sociedade brasileira da época, geralmente os europeus e seus descendentes legítimos, ou seja, os filhos de europeus com europeus, ficando os ilegítimos, filhos de portugueses com as nativas e as mulheres negras ou indígenas fora dessa eventual educação. Tirando a educação feita pela igreja, a Paraíba apresenta um

quadro de silêncio quanto a educação que dura séculos. Vindo o Estado a se manifestar quanto a esta em meados do século XIX e XX propriamente, sendo todo o período anterior a este período, tendo uma educação elitista, onde só os ricos podiam participar do processo educacional. Ficando para os pobres, negros, e mestiços a alegação de trabalhadores e mão de obra barata.

Assim resumidamente podemos entrever que a história da educação paraibana esta diretamente ligada a história do Brasil e da educação brasileira. Em nosso próximo parágrafo, contudo observemos melhor a questão da educação paraibana agora voltada para a negritude. Como uma reflexão panorâmica de todos as leituras e conjecturas feitas até o momento.

3.2 Educação e Negritude

Imagem 01: Educação Racial



Fonte: <http://tmovimentao.blogspot.com/2009/08/racismo-nas-escolas.html>

A desigualdade no sistema educacional entre brancos e negros fica evidente quando comparamos o acesso e permanência na escola. A exclusão de pessoas

negras em instituições escolares vem desde o período colonial, passando pelos períodos imperial e republicano e chegando aos nossos dias.

Ainda que a escolarização dos afrodescendentes e brancos tenham aumentado de forma gradual no século XX, quando se comparados com as condições e trajetórias, percebemos suas desigualdades entre os grupos étnicos dominantes no país: o branco e o negro. Sendo que é o segundo grupo onde a desigualdade se revela de forma mais acentuada.

Sendo assim fica evidente que,

A escolarização média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudos. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26)

As desigualdades no acesso e na permanência na escola são fatores que contribuíram para que negros e negras permanecessem em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas, seja no mercado de trabalho ou em alguns direitos básicos como moradia, saúde, segurança, saneamento. Desta forma não sendo mais possível negar que o sistema de educação do país é excludente.

Na busca por números positivos, que bem representassem o Brasil internacional e nacionalmente, ou de responder as exigências dos vários setores sociais que exigiam uma qualidade na educação brasileira, no século XX, as políticas de cunho educacional se fizeram sentir efetivamente no país, ainda que de forma um tanto ambígua. O grande marco foi a Constituição de 1988, inclusive com o artigo 205, que declarou e positivou ser “a educação direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Acertado este direito na lei máxima do país, coube aos demais segmentos da sociedade reivindicarem do Estado seus direitos e por sua vez tomar posse do mesmo. Seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), tanto a C.F. como a LDB, são os documentos que dão as bases da educação do

país, estipulando caminhos a serem seguidos e o que deve ser perseguido e alcançado com a educação brasileira.

Quanto a negritude brasileira, esta ao longo das últimas décadas do século XX, através de uma consciência crítica madura, abriu caminhos para a denúncia, reflexão, debates e reivindicações dos direitos dos afrodescendentes, dentro do contexto sócio/educacional, pois esta vê na educação regular um caminho para a transformação e para igualdade social.

Considerando-se que as escolas sejam como espelhos e que refletem as ideologias e diretrizes da sociedade onde está inserida, passou-se a observar as formas de preconceito e discriminação que as pessoas de cor, no Brasil, sofriam e sofrem dentro destes ambientes; ficando evidenciada a presença de um câncer silencioso que tomava conta de todo o país e a que não se dava muita importância.

Os temas preconceito, discriminação e negritude surgiram dentro do contexto escolar, como formas de se debater, refletir e buscar novas perspectivas para se desmistificar uma visão generalizada que se tem, de que no Brasil, pós 1888, todos são iguais e tem os mesmo direitos. A partir das evidentes formas de preconceito com as pessoas de cor dentro desse campo, os movimentos negros brasileiros conseguiram mais uma forte prova de que no país as pessoas negras são marginalizadas e que mesmo um direito básico garantido por lei, a educação, lhes é negado, e quando não o é, lhes é, ao longo do tempo, imposto uma via crucis que termina por os expulsarem das salas de aulas (que podem ser traduzidas nestas frases: nós não queremos vocês aqui; aqui não é o seu lugar. Saiam!).

Sendo assim, e considerando que as mudanças que acontecem dentro de uma sociedade tem sua base para a transformação, dentro da educação, que esta oferece aos seus indivíduos, os movimentos negros e sociais, em prol de uma educação de qualidade, igualdade de direitos e por um país melhor, passaram ao longo das últimas décadas do século XX a denunciarem as formas de preconceito/discriminação e marginalização que a população pobre e negra sofre no Brasil, e a reivindicarem uma política educacional que evidencie a essencial contribuição do povo africano e seus descendentes para a construção desse país, bem como o respeito pela diversidade étnica e cultural.

Vivemos em um mundo onde as desigualdades entre as pessoas acentuam-se cada vez mais, tanto no campo social, no econômico e no cultural, enquanto que no campo educacional não é diferente, porém a ideia é que temos na educação um caminho para a superação das desigualdades. E esta desigualdade se apresenta de forma mais acentuadas entre a população afrodescendente. Com isso podemos dizer que o estado Paraíba não fica atrás em se tratando em desigualdade educacional e aliada ao preconceito racial é um dos fatores que se mostra o elevado nível de evasão e reprovação nos ensinos fundamental e médio para o segmento negro em detrimento da população branca, porque o preconceito é um julgamento negativo e esta fundamentado em características físicas que denigrem o ser humano afro descendente, levando os brancos a construírem uma imagem negativa e de inferioridade.

Todavia as formas de racismo e preconceito na Paraíba se dá de múltiplas maneiras, desde a discriminação sistemática de um indivíduo contra o outro, até a forma de isolamento em bairros, residências, em escolas, empregos, etc. assim a escola se traduz não apenas na legitimação e justificação de atitudes e comportamentos racistas e a “perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdade racistas dentro da sociedade brasileira (MUNANGA; GOMES 2001, p. 20)

No sistema escolar o negro chega aos currículos não como ser humano de alto valor, mas sim como objeto da escravização, e que se permitiu escravizar. Então é preciso que o professor deva começar cedo o trabalho de educação antirracista na sala de aula, porque é o espaço onde a criança negra entra em contato com outras crianças, e começa a enxergar a si própria através do olhar do outro, ou seja, o que o outro vê em mim será inevitavelmente levado até essa criança. Ideias de respeito e entendimento da diversidade gerará bons resultados, contudo as imagens depreciativas, e as que geralmente acontecem no ambiente escolar com crianças negras, estás também serão levadas até essa crianças e de um jeito ou outro internalizadas por essas, o que gera conflitos internos e sociais pelo resto da vida destas crianças.

Nas escolas o racismo se manifesta de forma agressiva, humilhante, estereotipado e denegridor da imagem da pessoa negra. As vezes por parte de alunos, outras pelos professores, equipes de apoio. É uma grande bola de neve que se vai acumulando e aumentando de tamanho a cada dia de vida escolar e de encontro com seus pares educacionais. Por isso a escola enquanto instituição social responsável pela formação intelectual e cidadã e por garantir o direito a educação a todos os cidadãos deverá ter um posicionamento politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é uma tarefa que requer a participação de todos os educadores, independente do grupo étnico a que pertença.

Ainda é muito comum professores e alunos se manifestarem frente a uma situação racista dentro da sala de aula, o silêncio muitas vezes é uma constante nas relações raciais e infelizmente o negro permanece condenado a uma esfera que não se organiza ainda para tratá-lo como ser humano digno e dignificante, igual em saberes, direitos e deveres.

É preciso que se trabalhe dentro das escolas, temáticas que valorizem a cultura e a identidade negra, as relações dos livros didáticos e de literaturas com heróis e heroínas negras; e nas series iniciais trabalhar o respeito pelo cultural, diverso e digno da cultura de nossos ancestrais com danças, jogos, músicas.

Sendo a escola um veículo que pode transformar a realidade dos afro-descendentes é preciso que os professores busquem capacitação, e as secretarias educacionais regionais as ofereça. Assim capacitando-os teremos então um caminho pra destruir o mito da democracia racial, assumir nossa cultura diversa, desenvolvimento de políticas afirmativas mais incisivas no seio social em combate ao racismo e ao preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população afrodescendente desde o período escravocrata e pós-escravocrata enfrenta obstáculos para entrar no mundo da leitura e escrita. Isso se reflete em altos índices de evasão, repetência e baixos anos de estudos se comparados a população branca.

Temos que lutar pelos direitos que nos foi dado e pelo fim da discriminação, preconceito e desigualdade seja ela de qualquer motivo. Ninguém pode ser taxado de incapaz só porque apresenta em seu corpo características físicas que o diferencia, porque veio de uma determinada região, ou porque tem um costume ou uma aparência que muitas vezes é estereotipada pela maioria.

Com base no que foi pesquisado podemos mostrar dúvidas e fazer alguns questionamentos que nos levam a refletir sobre algumas práticas discriminatórias que utilizamos no nosso cotidiano e que perpassa de uma geração a outra.

Porém, essas atitudes racistas são reflexos de uma herança cultural cheia de preconceito que só tendem a aumentar se não formos esclarecidos o suficiente. Devido a falta de conhecimento o brasileiro muitas vezes é ignorante por desconhecer sua própria origem.

Contudo, a desigualdade no país é uma recorrente social e que esta atinge exclusivamente as classes pobres que por uma coincidência é formada justamente pelos descendentes africanos, os afrobrasileiros.

De modo geral espera-se que este trabalho sirva para a reflexão e uma visão crítica diante do que vivenciamos na nossa sociedade, levando-nos a uma postura crítica diante das relações raciais e sociais, sob os pontos de vista da sociedade brasileira, sobre o racismo e a desigualdade social no país que tende a ofuscar a percepção da realidade étnica do povo brasileiro.

REFERENCIAS

AZEVEDO, Eliane. **Raça – cor e preconceito**. São Paulo:Ática, 1987.

BOTH, Sergio José. Racismo e Discriminação no meio de todos nós. **Mundo Jovem – um jornal de ideias**. Porto alegre: ano XLIV, nº 368, julho de 2006.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.ht>, acesso em 02-11-2010.

CARDOSO, Nadia. Movimento Negro pós 70: A Educação Como Arma Contra o Racismo. Capítulo II da Dissertação de Mestrado **Instituto Steve Biko – Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior**. Aprovada pelo Mestrado em Educação e Contemporaneidade - . UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA-, em fevereiro de 2005.

CARVALHO, Marcus J.M. de. A favor dos 'morenos'. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 5. Nº54. Março 2010.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITO HUMANOS. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/consti.htm>, acesso em 02-11-2010.

DURHAM, Eunice R. **Desigualdade Educacional e Quotas para Negros nas Universidades**. Disponível em www.stf.jus.br/.../Durham_Desigualdade_educacional_e_quotas_para_negros_nas_universidadesstexo_brasilia.doc. Acesso em 20/03/2011.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. 2 Ed. Dão Paulo: Global, 2007.

GUEBALA. **Mapa da Violência 2011 mostra extermínio de juventude negra**. Disponível em <http://guebala.blogspot.com/2011/02/mapa-da-violencia-2011-mostra.html>. 11/05/2011.

GOLGHER, Marx. A Questão do Negro no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 50. Julho/2005. DISPONIVEL EM: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50cgolgher.htm> Acesso em 10/1/2010.

HENRIQUES, R. **Desigualdades raciais no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília:IPEA, 2001.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. **A Educação das Relações Étnico-Raciais na Escola: Desafios para a implementação da Lei 10.639/03**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/229-2.pdf>. acesso em 20/01/2011

JACCOUD, Luciana & THEODORO (org.). **As Políticas públicas e a Desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPCA, 2008.

MARMO, JOSÉ. **Mapa da Violencia 2011**. Disponível em http://saudenegra.blogspot.com/2011_02_01_archive.html. 20/05/2011

MUNANGA, Kabengele. **Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental**. In: temas IMESC, Sociedade–Direito–Saúde, 1(1), julho de 1984.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Racismo, discriminação racila e ações afirmativas: a sociedade atual. In **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global. 2006. Págs. 171-197.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (orgs.) **Relatório Anual das Desigualdades Raciais; 2007-2008**. Disponível em http://www.laeser.ie.ufrj.br/relatorios_gerais.asp. 20/05/2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5 ed. são Paulo: Loyola, 1987.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **O Insitituto Histórico e Geográfico Paraibano e a história da Educação da Paraíba: apontamentos para um estudo historiográfico. Anais do IV Seminário Nacional**. DISPONIVEL EM: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../trab010.rtf . Acesso em 20/04/2011.

TEIXEIRA, Ilidio. **Racismo no Brasil?** Disponível em:
<http://www.spiner.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=901> acesso em
05/05/2011

SITES VISITADOS.

Educação e Condições de Vida Educação – 1999 Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm#a35> 11/05/2011

Aspectos Demográficos - Informações Gerais Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm#a112> 11/05/2011

Estados-Paraíba-IBGE: Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb> 11/05/2011

Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm
11/05/2011